



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

35º REUNIÃO ORDINÁRIA

09 DE DEZEMBRO DE 2014

MENSAGENS

01- PROJETO DE LEI 531/2014 - Mensagem nº 144/2014 **REGIME DE URGÊNCIA**

Autor: Poder Executivo

Altera, na forma específica, a Lei nº 17.732, de 28 de outubro de 2013, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos oriundos das Operações de Titularidade de Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de Privatização do Banco do Estado do Paraná S.A.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 17.732/2013. Súmula: *Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.*

02- PROJETO DE LEI 532/2014 - Mensagem nº 143/2014 **REGIME DE URGÊNCIA**

Autor: Poder Executivo

Altera na forma específica, a lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná parcerias), e revoga a lei nº 17.904, de 02 de janeiro de 2014.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 17.046/2012. Súmula: *Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).*

Lei n. 17.904/2014. Súmula: *Dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público -Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, criado pela Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

03- PROJETO DE LEI 534/2014 - Mensagem nº 100/2014 **REGIME DE URGÊNCIA**

Autor: Poder Executivo

Alteração de diapositivos da Lei nº 17.044, de 30 de dezembro de 2011 e da Lei nº 13.288, de 01 de novembro de 2001.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.044/2011. Súmula: *Dispõe valores a serem recolhidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (ADAPAR).*

EMENDA DE PLENÁRIO

04- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 343/2013

Autor do Projeto: Nelson Garcia

Autor da Emenda: Nelson Garcia

Fica denominada de Capital Paranaense do Jeans a Cidade de Pérola, Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. TERCILIO TURINI

PROJETOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

05- EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 525/2014 -REGIME DE URGÊNCIA****

Autor do Projeto: Tribunal de Justiça

Autor da Emenda: Tribunal de Justiça

Alteração do inciso VII e inclusão do inciso XXV no artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que trata das receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário- FUNREJUS.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 12.216/1998. Súmula: *Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS e adota outras providências.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 3º. Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário: (vide [ADIN 2143-5](#)) (vide [ADIN 2059-5](#))

....

VII - 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, limitado ao teto máximo de recolhimento para o dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, observando-se ainda que: (...).

(Redação dada pela Lei 17835 de 19/12/2013)

a) os atos que venham a ser praticados pelos órgãos anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

b) não estão sujeitos ao pagamento: (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

1. os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

2. os atos relativos às cédulas de crédito comercial, industrial e de exportação; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

3. os loteamentos urbanos e rurais; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

4. os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

5. os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

6. as convenções antenupciais; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

7. os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

8. os registros dos formais de partilha; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

9. os atos sem valores declarados; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

10. os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

11. os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

12. as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

13. as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

14. os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

15. o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

16. a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

17. os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos) de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos); (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

18. os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da Lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99. (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)

19. os órgãos públicos federais, estaduais e municipais; (Incluído pela Lei 14596 de 27/12/2004)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

06- PROJETO DE LEI 30/2014

Autor: Artagão Júnior

Ficam inseridos na grade curricular da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos sobre criaçãoismo.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

07- PROJETO DE LEI 390/2014

Autor: Tercílio Turini

Dispõe sobre a inclusão da dosagem de vitamina D, no rol exames de rotina solicitados nas unidades de saúde do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

08- PROJETO DE LEI 391/2014

Autor: FERNANDO SCANAVACA

Dispõe sobre a necessidade de apresentação de selo garantidor para uso do gás natural veicular (GNV), pelos usuários de veículos automotores, nos postos de combustíveis.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

09- PROJETO DE LEI 529/2014

Autor: Douglas Fabricio

Alteração da redação da emenda da Lei n.º 9.916, de 20 março de 1992, que criou o município de Rancho Alegre D'Oeste desmembrado do Município de Goioerê.

RELATOR: DEP. HERMAS BRANDÃO JR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 9.916/1992. Súmula: *Cria o município de Rio Bonito, desmembrado do município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica.*

10- PROJETO DE LEI 232/2014

Autor: Péricles de Mello

Dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos para segurança nas piscinas privativas e coletivas, no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

11- PROJETO DE LEI 451/2014

Autor: Dr. Batista

Delimitação das linhas divisórias dos municípios de Maringá e Sarandi.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

12- PROJETO DE LEI 659/2013

Autor: Pastor Edson Praczyk

Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis e em lojas de conveniência neles instaladas ou conjugadas e dá outras providências.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO

13- RECURSO AO PROJETO DE LEI 359/2014

Autor: Douglas Fabrício

Torna obrigatório, nas viaturas automotivas da Polícia Militar e Civil do Estado do Paraná, equipamento de gravação de áudio e câmeras de segurança, bem como adota outras providências.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

14- PROJETO DE LEI 536/2014

Autora: Dep. Valdir Rossoni

Concede o Título de Utilidade Pública a Associação Hospitalar Beneficente Dr Regis Marigliani, com sede no município de General Carneiro e foro no Município de União da Vitória .

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

15- PROJETO DE LEI 537/2014

Autora: Dep. Valdir Rossoni

Concessão de Título de Utilidade Pública a Organização para Promoção da Saúde, Segurança, Educação e Desenvolvimento Humano – RECRIAR , com sede e foro no Município de Pato Branco.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

16- PROJETO DE LEI 538/2014

Autora: Dep. Valdir Rossoni

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Transgrupo Marcela Prada , com sede e foro no Município de Curitiba

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

17- PROJETO DE LEI 539/2014

Autora: Dep. Luiz Claudio Romanelli

Declara de utilidade pública a ABENEC- Associação beneficente Cristã, com sede no município de Sertaneja e foro em Cornélio Procópio, deste Estado

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**PROJETOS DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANÁLISA
TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

18- PROJETO DE LEI 492/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Cantora Mara Lima e André Bueno.

Revogação da lei nº 17.420, de 18 de dezembro de 2012 (que alterou a denominação constante no art. 1º da lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002. concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 17.420/2012. Súmula: Altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº 13.682/02.

19- PROJETO DE LEI 496/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini, André Bueno e Tadeu Veneri.

Alteração da lei nº 9.255, de 24 de Maio de 1990, de concessão de Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 9.255/1990. Súmula: Declara de Utilidade pública o "CLUBE DE MÃES DO CONJUNTO GRALHA AZUL", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

20- PROJETO DE LEI 497/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 6.408, de 13 de junho de 1973 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 6.408/1973. Súmula: Declara de Utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, na Cidade de Sabáudia.

21- PROJETO DE LEI 498/2014

Autores: Pedro Lupion, Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 7.278, de 27 de dezembro de 1978 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.278/1979. Súmula: Declara de Utilidade pública o Lar Batista Bíblico de Assis Chateaubriand, com sede e foro na Cidade do mesmo nome.

22- PROJETO DE LEI 499/2014

Autores: Pedro Lupion, Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 11.000, de dezembro de 1984 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 11.000/1994. Súmula: Declara de Utilidade pública o Lar Infantil João Leão Pitta, com sede e foro na cidade de Rolândia.

23- PROJETO DE LEI 500/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 7.283, de 27 de dezembro de 1979 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 7.283/1979. Súmula: Declara de Utilidade pública a NOSSA ESCOLINHA DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA EXCEPCIONAL- NEECE, com sede e foro na cidade de Primeiro de Maio.

24- PROJETO DE LEI 501/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 5.337, de maio de 1966 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 5.337/1966. Súmula: Declara de Utilidade pública a União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná e o Diretório Acadêmico Euclides da Cunha.

25- PROJETO DE LEI 502/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Revogação da lei nº 13.914, de 6 de dezembro de 2002 que concedeu Título de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 13.914/2002. Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital.

26- PROJETO DE LEI 503/2014

Autores: Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Alteração da lei nº 12.392, de 28 de dezembro de 1998 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 12.392/1998. Súmula: Declara de Utilidade pública a Creche Jorge Dib Abussaf, com sede e foro no Município de Londrina.

27- PROJETO DE LEI 533/2014

Autora: Dep. Rose Litro

Alteração da lei nº 18.308, de 21 de novembro de 2014, que concedeu o Título de Utilidade Pública ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei 18.308/2014. Súmula: Concessão de Título de Utilidade Pública ao Consórcio Intermunicipal de Saúde Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.